

Bastidores

Não, Geraldo não é do PMDB



Erramos ontem. Na matéria “PMDB vai ao TSE para evitar debandada de seus deputados”, publicada na página 4, elencamos uma foto do deputado federal Geraldo Resende, tucano convicto, em meio a peemedebistas. Não, ele não é do PMDB, mas sim, como dissemos, do PSDB. Pedimos desculpas ao nobre deputado.

Climão da CCJR

A PEC do Teto de Gastos provocou climão ontem nos deputados Pedro Kemp (PT) e Beto Pereira (PMDB) na CCJR da Assembleia. Kemp havia proposto uma emenda excluindo as políticas de educação, saúde, assistência social e segurança pública da restrição dos gastos impostos pela PEC. O deputado Rinaldo Modesto (PSDB) apresentou parecer contrário e o petista questionou Pereira. “O senhor distribuiu essa matéria quando? Eu apresentei quinta e hoje o parecer já está pronto?”. Pereira justificou dizendo que havia encaminhado na quinta ao relator, Rinaldo, líder do governo na Casa. “Não tem a ver com questões partidárias”, alegou Beto. “O senhor está agindo como representante do governo”, espetou Kemp. Ui.

A homenagem foi minha!

Moção de congratulação endereçada ao prefeito de Campo Grande, Marquinhos Trad (PSD), causou desassossego na Câmara. A homenagem, de autoria dos vereadores Delegado Wellington (PSDB) e Otávio Trad (PTB), foi endossada por todos os 29 vereadores, ou seja, foi encaminhada como autoria da Casa, com a autorização dos propositores. No entanto, André Salineiro (PSDB) pediu mudança no procedimento para que, em casos como este, fossem enviadas duas moções, uma pela Câmara e outra pelos próprios propositores, para que “o trabalho e dedicação” de quem a fez não fique perdido.

Aqueles que não tiverem condições de reduzir, dar desconto, de parcelar, vai ter de judicializar

MARQUINHOS TRAD, prefeito de Campo Grande, dizendo aos fornecedores que deve, não nega e paga quando e como puder.

Colaboraram Victor Barone, Eduardo Coutinho e Alana Regina

Números ocultos

Assembleia quer abrir a ‘Caixa de Pandora’ da Previdência

Discussão envolve transição para Ageprev e empresas devedoras

Eduardo Coutinho e Victor Barone

Deputados estaduais querem realizar auditoria externa e até mesmo uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para abrir o que classificam como a “Caixa de Pandora” da Previdência estadual. Eles querem entender os motivos do alegado déficit e o seu tamanho real, que segundo Ageprev (Agência de Previdência de Mato Grosso do Sul) chegará a R\$ 1 bilhão neste ano.

Ontem (28), durante audiência pública para debater o assunto, o deputado Amarildo Cruz (PT) questionou os números. “Dizem que a Previdência é deficitária, então me mostrem, me convençam. Por que o governo não faz esse debate de forma ampla com a sociedade? Porque o sistema não é deficitário. Um dos pontos que vamos discutir para que possamos, a exemplo do Senado, fazer pedido de abertura de CPI é este. Queremos saber onde está este déficit, se é real ou não”, provocou.

Coronel David (PSC) concorda sobre a necessidade de se mensurar o número real do rombo. “O que a gente ouve falar são especulações. O próprio governo federal revela que grandes empresas devem bilhões à Previdência. Por isso nossa desconfiança. Estes grandes grupos que devem não serão afetados, quem vai pagar a conta são os trabalhadores e servidores públicos”, acusou. O deputado Renato Câmara (PMDB) diz acreditar que o



Amarildo Cruz (PT) questiona os números da Previdência estadual. Professor Rinaldo (PSDB) acha cedo para o debate

debate na ALMS é precoce. Ele entende que é necessário aguardar o balizamento das regras do governo federal. “Como vamos analisar algo que nem chegou? Como é a matéria? Não temos como discutir agora”, disse. Líder do governo na Assembleia, o deputado Professor Rinaldo (PSDB) pensa o mesmo.

De acordo com parlamentares, além das grandes empresas devedoras, a má gestão teria tido seu papel no déficit. Coronel David cita a transição da antiga Previsul para a Ageprev. “O Estado ficou oito anos sem recolhimento”, garante. Amarildo Cruz concorda. Para ele, na mudança, fazendas e propriedades urbanas que eram da Previsul deveriam ter sido vendidas para cobrir prejuízos na Previdência. Com os valores, segundo o petista, o déficit seria amenizado ou até mesmo extinto.

Na semana passada, o presidente Michel Temer (PMDB) atribuiu aos Estados e municí-



Cel. David (PSC) desconfia dos números; Câmara (PMDB) quer mais tempo

pios a competência de legislar as regras de aposentadoria de seus servidores, retirando-os do projeto de reforma da Previdência em tramitação no Congresso.

Agora, as regras da Previdência para servidores municipais e estaduais devem ser definidas regionalmente em 180 dias. Se não promoverem mudanças nas regras para

concessão de aposentadorias a seus servidores no prazo de seis meses após a promulgação da reforma da Previdência, serão obrigados a se adequar à emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional. Esse prazo será incluído no texto da reforma como emenda que será apresentada pelo governo federal.

OPERAÇÃO MOSQUITO ZERO

É MATAR OU MORRER

2 Notebooks
3 Motos 0km
5 Geladeiras
5 Lavadoras de Roupas
5 Televisores 32"

ACABANDO COM O FOCO DO MOSQUITO, VOCÊ CONCORRE A PRÊMIOS!

Faça sua parte no COMBATE PREMIADO contra o mosquito

VEJA COMO PARTICIPAR

1 Elimine os focos do mosquito na sua casa e seu terreno.

2 O sorteio será feito pelo número do IPTU e divulgado somente o nome do bairro.

3 Caso seja sorteado, os representantes irão até sua casa de surpresa para verificar se ela está livre do foco do mosquito.

4 Estando tudo limpo, você e o agente de saúde responsável por sua casa ganharão prêmios.

CASSEMS
Sempre à frente, cuidando de você.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

SESAU
Secretaria Municipal de Saúde

CAMPO GRANDE
PREFEITURA